

AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE ARARIPINA-PERNAMBUCO.

Roberto da Boa Viagem Parahyba¹, Fernando Cartaxo Rolim Neto², Anildo Monteiro Caldas³, Maria Sonia Lopes da Silva⁴, Eduardo Henrique Barros Lopes⁵

Introdução

A Geografia estuda a sociedade e a atuação desta sobre o ambiente, configurando-se como a ciência que procura a estruturação, a ordem espacial dos aspectos fisiográficos e socioeconômicos. Assim, nessa perspectiva de compreensão e interpretação do espaço geográfico, constata-se a importância do ambiente físico para a produção agrícola evidenciada ao longo da História da humanidade.

O estudo ora apresentado traz alguns aspectos sobre atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais da microrregião semi-árida de Araripina em Pernambuco. Tem como objetivo analisar a atual forma de utilização dos recursos naturais na produção de alimentos, verificando-se até que ponto esse modo de utilização vem causando a degradação desses recursos, e como se pode potencializar os ambientes agrícolas utilizados de forma sustentável, favorecendo uma maior inserção da mão-de-obra familiar para o aumento da renda monetária da família.

Material e métodos

O trabalho teve como base uma revisão de bibliográfica do tema bastante interessante e instigante, envolvendo opiniões esclarecedoras, de forma a mostrar aspectos relevantes quanto a forma de uso dos recursos naturais dos ambientes das propriedades rurais pela agricultura familiar. A área de estudo corresponde a Microrregião de Araripina, que é constituída pelos municípios de Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Morelândia, Ouricuri, Trindade, Santa Cruz e Santa Filomena. Abrange uma área de 12.018,3 km², equivalente a 12,26% do Estado de Pernambuco.

Resultados e Discussão

Nesta microrregião de estudo como também em outros espaços, a configuração territorial ou configuração geográfica é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes e pelas modificações impostas pelos homens a esses sistemas naturais, ou seja, pelas estradas, casas, cidades, plantações, propriedades rurais, etc.

Não se deve confundir o conceito de espaço geográfico com espaço natural, Moreira Neto [1] afirma: deve-se em

consideração que o homem, ao apropriar-se do território, dispondo do espaço natural produzido pelas condições naturais – estrutura geológica, relevo, vegetação natural, hidrologia e clima – que viveria em um permanente processo de busca de equilíbrio, procura construir o espaço geográfico e social de acordo com as suas disponibilidades de capital, seus conhecimentos técnicos e objetivos sociais e políticos. Daí ser o espaço geográfico um produto social e não natural, refletindo assim o tipo de sociedade nele dominante, tornando-se da maior importância, uma vez que da forma produzida vai depender a qualidade de vida da população.

Como é freqüente em tantas outras regiões, particularmente nas de acentuada predominância com atividades rurais, a estrutura da divisão das terras na microrregião de Araripina desempenha o papel de condicionador maior da estrutura sócio-econômica. Isto ocorre por duas razões: a divisão dos espaços produtivos, fator básico da repartição da renda, representa por si mesma, em certa medida, uma forma de estruturação social e, em segundo, porque essa mesma divisão, ao deixar de contemplar uma parcela muito ampla da população do campo, define a camada social dos lavradores sem terra, que, somada à classe dos salarizados puros, forma o estrato inferior da pirâmide social.

A noção de pequena produção ou pequena propriedade varia de acordo com as condições agrárias de cada país ou região, e parece ser resultante das relações entre densidade demográfica e disponibilidade de terra ou recurso (TOLEDO, [2]).

No Brasil o tamanho da propriedade varia de acordo com os biomas e variações entre regiões. Na região semi-árida de Pernambuco a maioria das pequenas propriedades apresenta em torno de 50 ha e na zona da Mata varia em torno de 10 a 20 ha.

Há, no país, uma clara oposição entre dois diferentes regimes de propriedade: o capitalista, que é terra de exploração, que leva ao conflito os lavradores e produtores rurais, e o da propriedade familiar, que é terra trabalho. A propriedade capitalista baseia-se no princípio da exploração, que o capital exerce sobre o trabalhador, que tem função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho. Tal fato tem sido instrumento de exploração.

Na maioria das cidades da microrregião semiárida de

1. Pesquisador, Eng. Agrôn. M.Sc. Embrapa Solos, Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento do Nordeste –UEP Recife, Rua Antônio Falcão, 402, Boa Viagem, 51020-240, Recife, PE.

2. Professor, Dr. Eng. Agrôn. Professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife – PE. E-mail: fcartaxo@ufrpe.dtr.br

3. Professor, MS, Eng. Agrôn. Professor Assistente do Departamento de Tecnologia Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife – PE. E-mail: anildo.caldas@dtr.ufrpe.br

4. Pesquisadora, Eng. Agrôn. Dra. Embrapa Solos, Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento do Nordeste –UEP Recife, E-mail: sonia@uep.cnps.embrapa.br

5. Estagiário da área de solos e geoprocessamento da Embrapa Solos UEP Recife e Estudante de Eng. Agronomia da UFRPE.

Araripina-PE prevalece a agricultura de subsistência como a principal relação do homem com a natureza. Nessa perspectiva Marx (*Apud* Mendonça, [3]) afirma: que é através da transformação da primeira natureza em segunda natureza que o homem produz os recursos indispensáveis a sua existência, momento em que se naturaliza (a naturalização da sociedade) incorporando em seu dia-a-dia os recursos da natureza, ao mesmo tempo em que socializa a natureza (modificações originais ou primitivas).

A agricultura itinerante desenvolvida há muito tempo, com o sistema de derruba-queima-agricultura-pousio é a atividade agrícola de menor sustentabilidade no semiárido. Ela vem diminuindo de importância porque suas produtividades e renda, em geral, são muito baixas. Os principais produtos da atividade agrícola são das culturas do milho e feijão, plantadas consorciadas e, na maioria das vezes, cultivadas com espécies menos importantes como jerimum, maxixe, melancia, melão, guandu. Esta atividade tem o intuito de satisfazer às necessidades básicas da família, onde a produção ficará voltada para valores de uso, ao contrário da produção capitalista, que apenas secundariamente produz tais valores. Mesmo que o produto seja comercial na economia camponesa, o preparo dele é feito com o objetivo de conseguir mercado, os valores de uso para a reprodução da unidade familiar e não a troca em si.

Outra característica da propriedade familiar é a utilização do trabalho familiar; só eventualmente, a pequena produção utiliza a mão-de-obra assalariada, mas com o caráter adicional à força de trabalho familiar.

A baixa produtividade das culturas do semiárido resulta em rendas baixas e remuneração da mão-de-obra abaixo do salário mínimo. Muitas vezes, as culturas só são mantidas em condições especiais, com subsídios, exploram familiar em tempo parcial e/ou ocupação familiar sem alternativa econômica. Como exemplo, em Pernambuco, conforme Gomes & Vergolino [4] a renda per capita era de US\$ 306.

É uma realidade dura, mas é frequente na microrregião de Araripina e no semiárido como um todo. Isto leva força de trabalho familiar à busca de trabalho agrícola nas propriedades circunvizinhas, no intuito de obter uma renda para manter a família.

A renda monetária de muitas famílias rurais provém principalmente de atividades não agrícolas dentro da propriedade familiar e externamente em atividades urbanas, bem como em atividades agrícolas prestadas nas propriedades de terceiros. A combinação destas atividades configura a pluriatividade e a multifuncionalidade da atuação da família rural.

Em relação à produção agrícola na área de estudo, uma parte considerável das propriedades não produz o suficiente para sustentar uma família. Isto ocorre muitas vezes, pelo tamanho insuficiente do território (área da propriedade), presença de solos com características limitantes (rasos e pedregosos, afetados com sais, etc.), falta de recursos financeiros (aquisição de sementes, ferramentas, etc.), mão-de-obra insuficiente e falta de assistência técnica. Por isso, parte das propriedades deixa de alcançar uma maior produção e produtividade. Este

fato leva ao declínio da renda familiar.

Na pequena produção, o trabalhador ainda é proprietário dos meios de trabalho e do seu produto e ainda controla o seu processo. Assim, pode-se dizer que o trabalho cria bens para quem trabalha, além de constituir uma forma de socialização no campo.

Uma outra atividade desenvolvida na região, é a pecuária, por ser termo, praticada de maneira extensiva, tem sido responsabilizada pela degradação, principalmente no estrato herbáceo, onde as modificações são percebidas pelo desaparecimento de espécies de valor forrageiro, aumento das ervas indesejáveis e ocupação das áreas por arbustos indicadores de sucessão secundária regressiva. Este tipo de degradação reflete posteriormente, a falta de sustentabilidade da propriedade pela falta, no futuro, de pastagem nativa para o pastoreio dos animais.

É necessária a recuperação da vegetação nativa, principalmente os estratos herbáceos, permitindo a intensificação do uso dos espaços pecuário-agrícolas. Em parte, conforme Sampaio, Araújo, Salcêdo & Menezes [5] isto poderia recuperar a sustentabilidade das unidades de produção, ameaçadas pelo franco processo de minifundialização e segmentação.

Em função das características edafoclimáticas, a pecuária tem se constituído, ao longo tempo, na atividade básica das populações rurais distribuídas no Semiárido. As lavouras têm sido consideradas apenas como um subcomponente na maioria dos sistemas de produção predominantes, pela sua maior vulnerabilidade às limitações ambientais.

As pastagens são os principais alimentos do rebanho do Semiárido, predominando áreas de pastagens nativas em relação às de pastagens cultivadas. As pastagens nativas suportam diversos tipos de animais domésticos principalmente, bovino, caprino e ovino. A utilização de mais de um tipo de ruminante em pastejo múltiplo nas fazendas do semi-árido da Microrregião de Araripina é uma realidade e traz uma série de vantagens, como diversificação dos produtos obtidos, a oferta de carne e leite para consumo familiar, maior flexibilidade de comercialização, etc

Conclusão

Grande parte das propriedades da área de estudo não produz o suficiente para sustentar uma família, devido ao tamanho insuficiente da propriedade, presença de solos com características limitantes (rasos e pedregosos, afetados com sais, etc.), falta de recursos financeiros (aquisição de sementes, ferramentas, etc.), mão-de-obra insuficiente, manejo e uso inadequado dos solos e falta de assistência técnica.

Referências

- [1] MOREIRA NETO, Mariana. Relatório de Atividades CTP – Sertão. Cajazeiras: s. n., 1996.
- [2] TOLEDO, V. M. **Agroecologia, sustentabilidade y reforma agrária: la superioridad de la pequeña producción familiar.** Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.2. 2002, p.27-36.
- [3] MENDONÇA, F. **Geografia Física: Ciência Humana?**. 2º ed. São Paulo: contexto. 1991.

- [4] GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994**. Recife, Instituto Economistas de Pernambuco. 1995. p.6-160.
- [5] SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. do S. B.;SALCÊDO, I. H.; MENEZES, R. C. S. **Agricultura Sustentável no semi-árido Nordeste**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 152 p.

